



Apoio de Covas e Ulysses a Funaro isola Fernando Henrique

Funaro é o único ponto que ainda une Ulysses e Covas

Jorge Bastos Moreno
e Maria Lúzia Abbott

Brasília — A permanência do ministro Dilson Funaro na Fazenda — ou, em último caso, sua substituição por alguém identificado com as propostas econômicas do PMDB é o único ponto que ainda une o grupo vitorioso com a eleição do senador Mário Covas para a liderança da Constituinte e o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães.

O grupo que hoje domina o PMDB — integrado, entre outros, pelos deputados Fernando Gasparian (SP), Euclides Scalco (PR) e Paulo Macarini (SC) e pelos senadores José Richa (PR), Severo Gomes (SP) e Gerson Camata (ES) — acredita que qualquer mudança na orientação econômica que não passe pelo partido levará, inevitavelmente, o governo a aliar-se com a direita.

Integrantes dessa ala do partido reconhecem a existência de uma forte campanha contra Funaro e acusam alguns companheiros — como o senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado José Serra, derrotados por Covas — de quererem a saída do ministro da Fazenda. As pressões contra Funaro dentro do PMDB, segundo alguns deputados, devem-se à pretensão de Serra em ocupar o cargo, que é estimulada por Fernando Henrique.

Serra se defende, afirmando que as acusações não passam de “uma intriga delirante” que tem por objetivo incompatibilizá-lo com seus amigos do Ministério da Fazenda. Amigos de Fernando Henrique negam que também ele esteja fazendo campanha contra Funaro. Para

provar isso, revelam que, durante encontro com Sarney, na segunda-feira, o presidente tomou a iniciativa de abordar a reforma ministerial e Fernando Henrique evitou falar na mudança da equipe econômica, até porque ela não estava em pauta.

O PMDB não quer o FMI, não quer o arrocho salarial e estas são as mesmas idéias do ministro Funaro, afirma um parlamentar do grupo de Covas, acrescentando que, por acreditar nesses propósitos do ministro, Ulysses apostou nele e não vacilou em pedir a Sarney a demissão de João Sayad do Ministério do Planejamento, entendendo que a sua atuação atrapalhava Funaro.

Liderados de Covas temem que um possível substituto de Funaro adote posições mais favoráveis aos banqueiros nacionais — mantendo as taxas de juros elevadas — e internacionais — seguindo a política recessiva do FMI. Eles acham que as críticas generalizadas são um preço pago por Funaro por ter tido a coragem de propor a moratória e promover uma distribuição mais justa da renda.

O apoio a Funaro, no entanto, está condicionado a uma mudança de postura de seus principais assessores, João Manoel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo. Os pemedebistas acusam os dois de não atenderem a reclamações de representantes da sociedade e de ineficiência administrativa, insensibilidade política e auto-suficiência.

“João Manoel disse que a agricultura não era problema na véspera do movimento que trouxe milhares de agricultores a Brasília”, recorda um representante do grupo que apóia Funaro.

Quércia espera reforma em abril

Brasília — O governador de São Paulo, Orestes Quércia, previu que em quinze dias o presidente José Sarney delagará o processo de reforma de seu ministério. Segundo Quércia, que conversou com o presidente rapidamente no Palácio do Planalto após a posse do novo ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, o governo está apenas esperando passar o período de greves para se dedicar à reforma.

“Depois dessas greves o presidente vai ficar mais livre para fazer a reforma. São Paulo perdeu um ministério e tem certeza que será compensado oportunamente por isso, com outra pasta”, disse o governador. Ele chegou a Brasília às 11h para participar da reunião da Frente

Municipalista, da qual é presidente, e encaminhar ao Planalto, mais uma vez, o pedido de uma reforma tributária de emergência.

Dois outros governadores, Pedro Simon (RS) e Miguel Arraes (PE), visitaram ministérios para obter recursos do governo federal. Arraes chegou de manhã e foi embora no final da tarde, depois de conversar com o presidente Sarney e com o presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans. Segundo um deputado do PMDB pernambucano, o estado tem uma dívida externa de 800 milhões de dólares que vencerá em junho. Como o avalista desse empréstimo é o Banco do Brasil, Arraes foi discutir com Calazans uma solução.